RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Trump, Lula, Alcolumbre, Motta... Mudam as nuvens...

Ex-banqueiro e ex-governador de Minas Gerais, atribui-se a Magalhães Pinto uma das mais frases mais célebres da sabedoria política brasileira. Aquela que diz: "Política é que nem nuvem. A gente olha, está de um jeito. Olha de novo, já mudou completamente".

Quem olhasse o céu da política após o primeiro turno das eleições presidenciais, veria nas nuvens um formato perfeito para o crescimento da direita no Brasil, talvez até com grandes possibilidades de uma conformação hegemônica. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) saía dessa primeira volta à frente na corrida presidencial. E o PL conquistava as maiores bancadas tanto na Câmara quanto no Senado.

O final do segundo turno já mostrou as nuvens numa outra conformação. Luiz Inácio Lula da Silva derrotou Flávio Bolsonaro. Que acabou em seguida fugindo para os Estados Unidos.

Os movimentos seguintes deram uma coloração de chumbo a essas nuvens. Pelo menos no que se refere aos planos da direita. A tempestade para os ultraconservadores tornou-se perfeita com a derrota do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nas eleições de meio de mandato.

Foi uma derrota acachapante. A apuração não terminou, mas, preliminarmente, os democratas fizeram 234 cadeiras na Câmara contra somente 139 dos republicanos, enquanto outras 62 seguiam em disputa na quarta-feira (4). No Senado, serão 54 democratas contra 44 republicanos. E foram eleitos 28 governadores oposicionistas a Trump contra 20 que são seus aliados.

Uma situação que nubla completamente os planos dos irmãos Bolsonaro – Flávio e Eduardo – de contar com Trump para pressionar politicamente o Brasil a partir dos Estados Unidos. As chances de Trump impor novas sanções, como o tarifaço, ficarão bem reduzidas. Imaginar algo mais drástico como o que ele fez na Venezuela ao depor Nicolás Maduro, nem pensar. Trump é a partir de agora um "lame duck", um "pato manco", como os norte-americanos chamam os presidentes que saem enfraquecidos dessas eleições de meio de mandato.

E, por aqui, a banda da direita já começara a tocar em outro ritmo. A vitória por unanimidade que Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) obteve na PEC da Segurança o coloca muito forte no páreo para se manter no comando do Senado no ano que vem. O fato de a direita sair dividida com duas candidaturas – Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS) – só o ajuda nos seus planos. Da mesma forma, na Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) monta uma grande frente a seu favor. Que a desistência de Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) só facilita.

Se o céu da política seguirá assim daqui até fevereiro, quando o Congresso voltar na nova legislatura, não há, porém, meteorologista que possa saber.

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Estratégia do Exílio

A saída de Flávio Bolsonaro para os Estados Unidos, dias após obter cerca de 60 milhões de votos e perder a corrida presidencial, representa menos uma fuga improvisada e mais uma escolha estratégica. A decisão carrega profundas consequências jurídicas e políticas, afetando tanto o futuro da oposição quanto o equilíbrio institucional do país.

Flávio poderia ter permanecido no Brasil para se defender nos inquéritos no STF, onde enfrentaria o risco real de prisão diante de uma corte percebida como capturada. Optou, contudo, pelo exílio. A decisão preserva um ativo político fundamental: a liberdade de expressão. Do território americano, mantém transmissões ao vivo, denuncia o que classifica como uma ditadura exercida pelo STF e assegura a continuidade do movimento — diferentemente de Jair Bolsonaro, hoje silenciado pela prisão domiciliar.

Sob a ótica jurídica, a ordem do STF para apreensão de passaporte baseou-se no alegado risco de evasão. Ao interpretar a medida como início de uma intimidação, Flávio descumpriu a cautelar e partiu para o exílio. Politicamente, a celeridade da decisão — emitida minutos após a apuração das urnas — reforça a percepção de parcialidade e seletividade. Críticos contrapõem o caso à situação de investigados ligados ao governo, como Fábio Luís Lula da Silva, que reside na Espanha sem restrições equivalentes, e Jaques Wagner, não submetido à retenção de documentos.

Essa assimetria ganha contornos ainda mais graves diante das polêmicas envolvendo ministros do STF e o Banco Master no caso Daniel Vorcaro. Embora integrantes da corte possam ser investigados pelo próprio tribunal por crimes comuns mediante denúncia da PGR, observa-se uma corporativa blindagem institucional. Essa dinâmica alimenta dúvidas sobre a imparcialidade do Judiciário e fortalece a tese da "venezuelanização" das instituições.

No xadrez legislativo, como o mandato de Flávio no Senado expira no início de 2027, a condução prática da oposição no Congresso caberá a nomes como Rogério Marinho, articulado para disputar a presidência da Casa. Contudo, ao publicar sua carta como líder no exílio, Flávio quer consolidar-se como o representante político da direita, mantendo a militância mobilizada.

Ao publicar a carta, Flávio não abre espaço para qualquer repactuação de forças, entretanto, em outra frequência, Tarcísio de Freitas adota uma postura pragmática e começa a tentar se firmar como a grande alternativa nacional com vistas a 2030. A oposição conseguirá se manter unificada sob a narrativa do exílio ou acabará migrando pragmaticamente para a liderança de Tarcísio?

Enquanto isso, o Brasil enfrenta o desafio de pacificar sua convivência democrática — com o Judiciário e o Executivo imersos em forte polarização. A beligerância interna continua e a escolha de Flávio pode abrir espaço para o surgimento de novos nomes que tentarão surgir como líderes da direita. Ainda veremos muitos capítulos deste debate nos próximos meses.

EDITORIAL

Os desafios de Trump com um Congresso azul

A eventual perda do controle republicano sobre as duas casas do Congresso americano representa um dos maiores desafios políticos para Donald Trump na reta final de seu mandato. Com os democratas assumindo o comando legislativo, o presidente terá de abandonar parte da postura confrontadora que marcou sua trajetória e buscar uma relação mais pragmática com adversários que enxergam na nova configuração parlamentar uma oportunidade de limitar seu poder.

A mudança de equilíbrio em Washington não significa necessariamente paralisia administrativa, mas impõe obstáculos importantes à agenda presidencial. Projetos de lei, medidas fiscais, reformas econômicas e iniciativas relacionadas à imigração estarão sujeitos a negociações mais difíceis. Os democratas, por sua vez, deverão utilizar o controle das comissões e dos mecanismos de fiscalização para ampliar o escrutínio sobre decisões da Casa Branca, especialmente aquelas que envolvem o uso de recursos públicos, políticas comerciais e eventuais excessos do Executivo.

Trump, conhecido pela disposição de transformar divergências políticas em confrontos públicos, terá de avaliar os custos dessa estratégia. A insistência em governar por meio de decretos e instrumentos administrativos pode acelerar determinadas iniciativas, mas também aumentar a insegurança jurídica, provocar reações judiciais e alimentar acusações de abuso de autoridade. O desafio será encontrar um equilíbrio entre preservar sua identidade política e demonstrar capacidade de negociação.

Há, entretanto, interesses que podem aproximar os dois partidos. Questões como infraestrutura, segurança nacional, competitividade econômica e determinados ajustes orçamentários oferecem espaço para acordos, desde que haja disposição para concessões. A política americana, apesar da crescente polarização, continua dependendo de entendimentos institucionais para produzir resultados duradouros.

A nova correlação de forças também terá repercussões internacionais. Governos e mercados acompanharão atentamente a capacidade de Washington de manter previsibilidade em suas decisões. Uma administração submetida a maior resistência parlamentar poderá enfrentar dificuldades para sustentar mudanças abruptas em tarifas, compromissos diplomáticos e prioridades estratégicas.

Mais do que um obstáculo, o Congresso adversário será um teste à maturidade política de Trump. O presidente poderá insistir na lógica do enfrentamento, mobilizando sua base contra os democratas, ou reconhecer que a governabilidade exige diálogo e concessões. A escolha definirá não apenas o ritmo de sua agenda nos últimos anos de mandato, mas também a imagem que pretende deixar na história política americana.

OPINIÃO DO LEITOR

Finados

Vou deixar minha oração a todos aqueles que se foram, vou pedir que descansem na paz do Senhor e que um dia nos reencontramos em outro mundo. Até esse dia!

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal